

SIMULADO ESPECIAL

TRT 8

Pós-Edital

Analista Judiciário
Área Administrativa

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TRT-8**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/c7vTZT9fJiZW9Z5k8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/5tl50t

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4iigyAr

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Nasci numa fenda de serra e desci sem pressa. Não escolhi o leito: fui abrindo o que a pedra permitia e contornando o que não cedia. Os homens chegaram depois, e foi por mim que chegaram, porque água é caminho. Vi lavadeiras, vi barcos, vi a fábrica que se instalou na curva e escureceu minha água por trinta anos. Não os julgo. Aprendi que quem corre não guarda: levo o que me dão e entrego adiante, sem devolver. Quando me chamam de morto porque a represa me deteve, rio por dentro, no escuro, porque água parada ainda é água, e o que represa não me ensina a esquecer o mar.

1. Na construção da voz narrativa, o rio se define pela tensão entre:

a) submissão ao homem e orgulho da própria força.

b) aceitação do percurso imposto e recusa em guardar o que recebe.

c) memória do passado e desejo de retornar à serra.

d) indiferença ao mundo e ressentimento contra a fábrica.

e) celebração da represa e esquecimento do mar.

2. Em “Quando **me** chamam de morto”, o pronome destacado exerce a função de:

a) objeto direto, e o sujeito do verbo é indeterminado.

b) objeto indireto, e o sujeito do verbo é o termo “morto”.

c) partícula apassivadora, e o verbo está na voz passiva.

d) pronome reflexivo, pois o rio pratica e recebe a ação.

e) adjunto adnominal, pois indica posse.

3. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

a) O rio começou à correr na fenda da serra.

b) As lavadeiras voltavam à margem todos os dias.

c) O rio não obedece à nenhuma barragem.

d) A represa deteve o rio à partir da curva.

e) O rio entregou-se à correr livre pela serra.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

4. Ao final do expediente, a chefe de uma secretaria de vara encontrou na copa um processo físico que deveria estar no cartório. Ela sabe que um, e apenas um, dos servidores Lúcia, Marcos, Nádia e Otávio deixou o processo ali. Questionados, eles declararam:

- Lúcia: “Foi o Marcos.”
- Marcos: “Foi o Otávio.”
- Nádia: “Não fui eu.”
- Otávio: “O Marcos está mentindo.”

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o processo na copa e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Marcos e Otávio.

b) Nádia e Otávio.

c) Otávio e Marcos.

d) Nádia e Lúcia.

e) Lúcia e Nádia.

5. Em um tribunal, uma equipe de 6 servidores, trabalhando 5 horas por dia, digitalizou 4.800 páginas de autos em 8 dias. Para um novo lote de 7.200 páginas, foram designados 4 servidores, que trabalharão 6 horas por dia. Considerando que todos os servidores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número de dias necessários para que a nova equipe digitalize todo o novo lote é

a) 10.

b) 12.

c) 13.

d) 15.

e) 18.

6. Um lote de processos de um cartório pode ser separado em pacotes de 6, de 8 ou de 10 processos, mas, em qualquer desses casos, sobram exatamente 4 processos fora dos pacotes. Se, por outro lado, o lote for separado em pacotes de 7 processos, não sobra nenhum. O menor número possível de processos desse lote é

a) 124.

b) 244.

c) 364.

d) 484.

e) 604.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. Em um levantamento realizado com servidores de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registradas as quantidades de processos administrativos analisados por cada servidor durante um dia de trabalho. Os resultados foram organizados na tabela a seguir.

Quantidade de Processos	Número de Servidores
4	2
6	3
8	4
10	1

Com base nos dados apresentados, a média aritmética do número de processos analisados por servidor é igual a

a) 6,0.

b) 6,8.

c) 7,0.

d) 7,2.

e) 7,5.

8. Considere os valores referentes ao tempo, em minutos, gasto por cinco servidores para concluir determinada tarefa administrativa, em um procedimento de rotina:

$$2, 4, 4, 4, 6$$

Para avaliar a dispersão dos tempos observados, um analista decidiu calcular a variância populacional dos dados, considerando cada um dos cinco valores como uma observação do conjunto completo em análise.

A variância populacional desses tempos, em minutos ao quadrado, é igual a

a) 0,8.

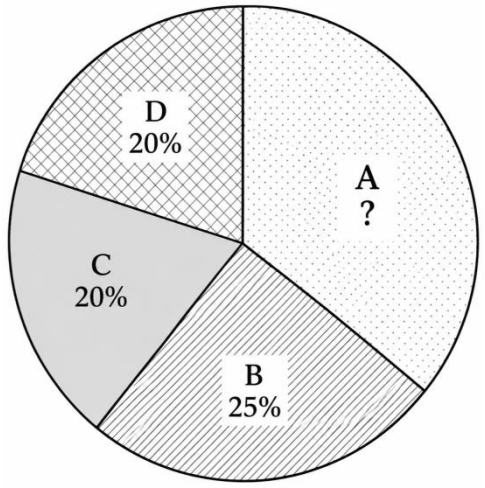
b) 1,0.

c) 1,2.

d) 1,6.

e) 2,0.

9. Em um levantamento sobre a distribuição de 240 solicitações recebidas por determinado setor administrativo, verificou-se a participação percentual de cada categoria de solicitação, conforme os dados apresentados a seguir.



Considerando que cada solicitação pertence a uma única categoria, o número de solicitações classificadas nas categorias A ou C corresponde a

a) 108.

b) 120.

c) 124.

d) 128.

e) 132.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

10. Durante a preparação de um relatório destinado a apresentar a estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, um servidor consultou o art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, que enumera expressamente os órgãos que o integram. Considerando exclusivamente as disposições do referido artigo, assinale a alternativa que NÃO apresenta um órgão expressamente previsto no rol regimental.

a) O Tribunal Pleno e as Seções Especializadas.

b) A Presidência e a Vice-Presidência.

c) O Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor e a Escola da Magistratura.

d) As quatro Turmas e os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

11. Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região relativas à composição das Turmas e Seções Especializadas, às vedações impostas aos(às) Desembargadores(as) do Trabalho e à competência para processá-los(as) nos crimes comuns e de responsabilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau, não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada.

b) Os(As) Desembargadores(as) podem exercer outro cargo ou função, ainda que estejam em disponibilidade, desde que haja compatibilidade de horário.

c) É vedado aos(às) Desembargadores(as) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

d) Os(As) Desembargadores(as) não podem dedicar-se à atividade político-partidária.

e) Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

12. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho, a administração passou a revisar os métodos de gestão e organização do trabalho, com o objetivo de prevenir e enfrentar práticas de violência, assédio e discriminação. Durante uma reunião, foram discutidas medidas relacionadas à participação coletiva, à diversidade, à comunicação entre as equipes e à responsabilidade dos gestores, bem como ao registro dos acolhimentos realizados pelo Comitê competente. Considerando o disposto nos arts. 5º e 6º da Resolução CSJT nº 360/2023, assinale a alternativa incorreta.

a) A prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação devem ter como base a gestão e a organização do trabalho, fomentando-se a gestão participativa, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.

b) Deve-se assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, práticas de gestão e atitudes que favoreçam o assédio.

c) A promoção da comunicação horizontal, do diálogo, do feedback e de canais de escuta e discussão constitui diretriz destinada a identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.

d) Para fins estatísticos internos do Comitê e de construção de políticas públicas, será registrado exclusivamente o número de acolhimentos, sem identificação dos dados nominais ou dos detalhes do caso.

e) Os gestores e as gestoras são exclusivamente responsáveis pela análise crítica dos métodos de gestão e organização do trabalho adotados em sua unidade, não lhes cabendo corresponsabilidade pela promoção de relações de respeito à diversidade, cooperação e resolução de conflitos na equipe.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

13. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, permitida a proibição de regresso.

b) Todo ser humano, vítima de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

c) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) A apatridia é legitimamente reconhecida como um direito.

e) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superior.

14. Considere:

I – Deve ser assegurado às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

II – O emprego de crianças e adolescentes é expressamente vedado.

III – O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados devem ser assegurados pelos Estados Membros.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), está correto o que se afirma em:

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

15. De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

a) terão *status* supralegal.

b) serão equivalentes à lei ordinária.

c) serão equivalentes à lei complementar.

d) terão *status* supraconstitucional.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

a) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência não pode casar-se sem autorização judicial.

b) A curatela, quando necessária, abrange todos os atos da vida civil da pessoa com deficiência, inclusive os de natureza existencial.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, que pode casar-se e constituir união estável; a curatela é medida extraordinária e alcança apenas atos de natureza patrimonial e negocial.

d) A pessoa com deficiência não pode decidir sobre o número de filhos, ato que depende sempre de autorização do curador.

e) A curatela deve ser decretada automaticamente sempre que houver laudo médico atestando deficiência intelectual.

17. Segundo a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000, sobre o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, analise as afirmativas abaixo.

I. O atendimento prioritário compreende, entre outras finalidades, a proteção e o socorro da pessoa com deficiência em quaisquer circunstâncias.

II. A prioridade de atendimento aplica-se apenas às repartições públicas, não alcançando instituições financeiras e demais serviços privados abertos ao público.

III. Os direitos de atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante ou ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, observadas as exceções previstas na lei.

IV. A pessoa com deficiência auditiva fica excluída do conceito legal de pessoa com deficiência, por não se enquadrar nas hipóteses de impedimento de longo prazo previstas no Estatuto.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e III estão corretas.

d) II e IV estão corretas.

e) I, III e IV estão corretas.

18. Com base na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, analise as afirmativas abaixo sobre acessibilidade e barreiras.

I. A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação e informação pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. A Lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

III. A reserva de vagas em estacionamentos para veículos que transportem pessoa com deficiência deve corresponder a 5% do total, com no mínimo uma vaga.

IV. As normas de acessibilidade aplicam-se apenas às edificações de uso público, excluindo as de uso coletivo e as de uso privado multifamiliar.

V. A barreira atitudinal é uma das categorias de barreira.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e IV estão corretas.

d) III, IV e V estão corretas.

e) I, II e V estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Um servidor criou uma planilha no Google Drive e precisa compartilhá-la com três colaboradores. O primeiro deverá apenas consultar os dados, o segundo poderá inserir comentários e o terceiro ficará responsável por atualizar as informações. Para atender a essas necessidades, as permissões deverão ser atribuídas, respectivamente, como

a) leitor, editor e comentador, pois a permissão de editor permite apenas visualizar o conteúdo, enquanto a de comentador autoriza alterações nas células.

b) comentador, leitor e editor, pois a permissão de comentador impede a inclusão de observações e restringe o acesso à visualização.

c) editor, comentador e leitor, pois a permissão de leitor permite modificar os dados da planilha sem alterar suas configurações de compartilhamento.

d) leitor, comentador e editor, pois essas permissões permitem, respectivamente, visualizar o arquivo, adicionar comentários sem modificar seu conteúdo e realizar alterações nos dados.

e) leitor, comentador e proprietário, pois a atualização dos dados exige obrigatoriamente a transferência da propriedade do arquivo ao colaborador responsável.

20. A instituição disponibiliza um portal interno para consulta de documentos administrativos e acesso a sistemas corporativos. Os servidores podem utilizar esses recursos na rede local e, quando autorizados, acessá-los remotamente por meio de uma conexão VPN. A característica que distingue essa estrutura de uma página pública da internet está apresentada em

a) a intranet utiliza tecnologias e protocolos comuns à internet, como HTTP e HTTPS, mas restringe o acesso aos usuários autorizados, podendo ser acessada remotamente por meio de conexões seguras.

b) a intranet depende exclusivamente de protocolos proprietários, pois o uso de HTTP e HTTPS é permitido apenas em serviços disponibilizados na internet pública.

c) o acesso remoto por VPN transforma automaticamente a intranet em uma extranet pública, eliminando a necessidade de autenticação dos usuários.

d) os navegadores utilizados na internet não podem acessar páginas de uma intranet, sendo obrigatória a instalação de aplicativos específicos para cada sistema interno.

e) a intranet exige que todos os computadores estejam conectados fisicamente à mesma rede local, impedindo o acesso a seus recursos por usuários externos, mesmo quando autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Marina pretende exercer uma atividade profissional lícita para a qual não existe lei estabelecendo qualificações específicas. Uma autoridade pública informa que ela deverá aguardar a edição dessa lei para iniciar a atividade.

Considerando a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, a orientação recebida por Marina está

a) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de lei integrativa que estabeleça previamente as condições e os requisitos necessários ao exercício de cada atividade.

b) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia plena, que assegura o exercício imediato da atividade e impede a imposição de qualificações profissionais por lei.

c) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, que assegura o exercício imediato da atividade, mas permite restrições legais relacionadas às qualificações necessárias ao seu desempenho.

d) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, de modo que a atuação do legislador é necessária para liberar o exercício da atividade e definir os limites correspondentes.

e) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma programática, que estabelece uma diretriz para a atuação legislativa e não permite exigir da Administração o reconhecimento do direito antes da edição da lei regulamentadora.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar

a) A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal admite a impugnação de leis federais, estaduais e municipais posteriores à CF/1988, desde que a ofensa ao texto constitucional seja direta.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada contra atos anteriores à CF/1988, mas seu ajuizamento dispensa a verificação da existência de outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) No controle difuso de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade de lei por juiz de primeira instância depende de prévia manifestação do tribunal competente, em observância à cláusula de reserva de plenário.

d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade dependem de resolução do Senado Federal para adquirir eficácia contra todos e efeito vinculante perante os demais órgãos judiciais.

e) A ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal tem por objeto lei ou ato normativo federal e exige a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição questionada.

23. A associação Alfa teve suas atividades suspensas por ato de um secretário estadual, sob alegação de desvio de finalidade. Posteriormente, sua dissolução compulsória foi efetivada por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

À luz da CF/1988,

a) as duas medidas são inconstitucionais, pois a suspensão depende de decisão judicial e a dissolução compulsória exige o trânsito em julgado da decisão que a determine, ainda que existam indícios de ilicitude.

b) a suspensão é constitucional, pois decorre do poder de polícia da Administração, mas a dissolução é inconstitucional, uma vez que sua efetivação depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

c) a suspensão é inconstitucional, pois somente o Judiciário pode determiná-la, mas a dissolução é constitucional, porque a sentença produz esse efeito independentemente do trânsito em julgado, caso demonstrado o desvio de finalidade.

d) as duas medidas são constitucionais, pois os indícios de desvio de finalidade autorizam a suspensão administrativa e a sentença de dissolução pode ser imediatamente executada, mesmo que ainda esteja sujeita a recurso.

e) as duas medidas são inconstitucionais, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a adoção de qualquer dessas providências em caráter provisório.

24. Quanto aos princípios fundamentais estabelecidos na CF/1988, é correto afirmar

a) A soberania constitui atributo da União e dos Estados-membros, que a exercem nos limites de suas competências constitucionais, enquanto os Municípios dispõem apenas de autonomia administrativa e financeira.

b) A independência e a harmonia entre os Poderes asseguram a exclusividade de suas funções típicas, impedindo que o Legislativo exerça funções de julgamento ou que o Executivo produza atos normativos com força de lei.

c) O pluralismo político corresponde à liberdade de criação de partidos políticos, razão pela qual sua proteção constitucional se restringe à diversidade partidária, sem alcançar as diferentes convicções e concepções existentes na sociedade.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, enquanto a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais, orientando a atuação estatal.

e) A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz integram os objetivos fundamentais da República, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais orientam suas relações internacionais.

25. Laura, de 18 anos, nasceu na Espanha, filha de mãe brasileira que trabalhava em empresa privada. Seu nascimento foi registrado em repartição consular brasileira competente, e ela sempre residiu no exterior.

Nesse caso, conforme a CF/1988, Laura

a) somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e, após estabelecer residência no País, formalizar a opção pela nacionalidade brasileira, pois o registro consular não dispensa esses requisitos.

b) é brasileira nata, pois o registro consular brasileiro lhe atribui nacionalidade originária, sendo desnecessário que venha a residir no Brasil ou que faça opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

c) poderá adquirir a condição de brasileira naturalizada mediante requerimento, desde que resida no Brasil pelo prazo constitucional de um ano ininterrupto e comprove idoneidade moral, em razão de sua ascendência brasileira.

d) somente seria brasileira nata se sua mãe estivesse a serviço da República Federativa do Brasil na ocasião do nascimento, sendo insuficiente o registro consular quando o trabalho desenvolvido no exterior tiver natureza privada.

e) é brasileira nata em razão do registro consular, mas deverá confirmar essa condição após atingir a maioridade, mediante opção expressa perante a Justiça Federal, sob pena de perder a nacionalidade brasileira.

26. Segundo as disposições expressas da CF/1988 sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar

a) As pretensões relativas aos créditos de natureza trabalhista submetem-se à prescrição quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais, observado o prazo bienal para ajuizamento da ação após a extinção do respectivo contrato.

b) A irredutibilidade salarial admite exceção por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a redução seja temporária e esteja fundamentada em dificuldades econômicas comprovadas da empresa, preservado o salário mínimo.

c) O trabalho noturno deve ser remunerado em valor superior ao diurno, salvo se o empregado concordar expressamente com a equiparação das remunerações mediante ajuste individual celebrado no momento da contratação.

d) O décimo terceiro salário tem como base o salário básico do trabalhador, excluídas as demais parcelas remuneratórias, e é assegurado exclusivamente aos empregados em atividade, sem extensão aos aposentados.

e) A participação nos lucros ou resultados integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, enquanto a participação na gestão da empresa constitui direito de exercício obrigatório, independentemente de previsão legal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

27. Determinada autoridade administrativa instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta falta funcional praticada por um servidor público. Regularmente notificado, o servidor decidiu apresentar defesa escrita por conta própria, sem a assistência de um advogado. Ao final da instrução, a comissão processante elaborou relatório conclusivo e a autoridade aplicou a sanção de suspensão. O servidor, então, questionou a validade do processo alegando ausência de defesa técnica profissional, além de invocar teses sobre a aplicação dos princípios da administração pública. Considerando os princípios e entendimentos aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar acarreta a nulidade absoluta do procedimento por afronta ao princípio da ampla defesa.

b) O princípio da publicidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos de caráter geral como requisito indispensável de sua validade.

c) No âmbito do princípio da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa sempre que voltada ao atendimento do interesse público.

e) O princípio da motivação alcança de forma genérica e irrestrita todos os atos administrativos, sendo de observância obrigatória inclusive na exoneração de ocupante de cargo em comissão.

28. Durante a execução de um importante contrato de prestação de serviços no Tribunal Regional do Trabalho, o ordenador de despesas tomou diversas decisões administrativas. Algumas dessas decisões basearam-se em critérios discricionários, enquanto outras resultaram na efetuação de despesas sobre as quais recaíram fundadas suspeitas de ilegalidade. A situação motivou a atuação do Poder Judiciário e também o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando os limites do controle judicial e as regras de atuação dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Ao tomar conhecimento formal das supostas irregularidades, o juiz competente poderá exercer o controle judicial de ofício, anulando prontamente os atos viciados do ordenador de despesas para evitar lesão ao patrimônio público.

b) O Poder Judiciário poderá exercer o controle sobre os atos discricionários praticados pelo ordenador de despesas, a fim de verificar se encontram-se dentro dos parâmetros definidos na lei e no Direito, anulando-os em caso de ilegalidade, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade.

c) Caso o Tribunal de Contas da União constate ilegalidade no contrato administrativo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, caberá à referida Corte de Contas a adoção imediata do ato de sustação do contrato, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

d) Se o Tribunal de Contas da União julgar irregulares as contas do ordenador de despesas, este poderá interpor recurso ao Poder Judiciário, que detém competência para rever o julgamento das contas e proferir nova decisão de mérito.

e) As decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União que aplicarem multa ao ordenador de despesas dependem de prévia homologação pelo Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo.

29. Mário, servidor de um Tribunal Regional do Trabalho, com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, revelou um fato que devia permanecer em segredo, do qual teve ciência em razão de suas atribuições, propiciando o beneficiamento de uma empresa por informação privilegiada. Mário não auferiu qualquer vantagem patrimonial e sua conduta não gerou perda patrimonial ao erário. Em outra situação no mesmo Tribunal, a servidora Joana, atuando exclusivamente com negligência e imperícia, autorizou a realização de uma despesa sem a observância das normas pertinentes, acarretando efetiva perda patrimonial ao Estado, embora sem qualquer intenção de alcançar esse resultado. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021) sobre as espécies, o elemento subjetivo e as sanções dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de Joana configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, visto que a legislação admite a modalidade culposa quando há perda patrimonial efetiva e comprovada para os cofres públicos.

b) O ato praticado por Mário enquadra-se na categoria de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, a qual possui um rol taxativo de condutas expressamente enumeradas na legislação.

c) Para a configuração do ato de improbidade praticado por Mário, bastaria a comprovação da sua voluntariedade, sendo dispensável a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

d) Caso Mário seja condenado, o magistrado poderá aplicar a ele, de forma isolada ou cumulativa, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

e) A conduta de Joana não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a conduta dolosa, enquanto o ato de Mário caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, cujas sanções limitam-se ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos.

30. Durante a execução de um contrato administrativo firmado por um Tribunal Regional do Trabalho para a construção de um novo edifício-sede, a Administração emite uma ordem escrita suspendendo a execução da obra por quatro meses consecutivos, alegando contingenciamento de verbas. Em paralelo, a contratada se depara com a presença de um solo rochoso não indicado nos estudos técnicos iniciais, o que encarece sobremaneira a fixação das fundações, e sofre também os impactos do aumento de um tributo federal de alcance geral que atinge o custo dos insumos. Considerando as hipóteses de inexecução sem culpa, alteração e extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A presença do solo rochoso não identificado inicialmente caracteriza caso fortuito ou força maior, o que impõe a extinção do contrato sem culpa das partes em virtude da impossibilidade de conclusão dos trabalhos.

b) O aumento do tributo federal de alcance geral configura fato da administração, que consiste em uma ação estatal geral que atinge o contrato de forma reflexa, gerando o direito à alteração dos valores contratuais.

c) A Administração poderá determinar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito caso verifique a falta de recursos, uma vez que a lei autoriza a extinção unilateral mesmo no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

d) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, pelo prazo ocorrido na situação hipotética, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

e) Caso a extinção do contrato ocorra por culpa exclusiva da Administração, o contratado não fará jus ao pagamento do custo de desmobilização, restringindo-se o seu direito à devolução da garantia e ao pagamento pelas parcelas executadas.

31. A administração de um Tribunal Regional do Trabalho precisa contratar a locação de um imóvel específico para sediar um fórum trabalhista, cujas características de instalação e localização são indispensáveis para o atendimento do interesse público. Na mesma ocasião, o órgão necessita realizar a compra de materiais de expediente de uso contínuo, bem como a contratação de serviço técnico especializado de assessoria jurídica com profissional de notória especialização. Considerando as regras sobre contratação direta constantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.

b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação possuem rol taxativo previsto em lei, não sendo admitida a contratação direta fora das situações expressamente enumeradas no texto legal.

c) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização é admitida por inexigibilidade, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

d) As hipóteses de licitação dispensável possuem rol exemplificativo, conferindo à autoridade administrativa a faculdade de criar novas situações de dispensa conforme o juízo de conveniência e oportunidade.

e) A contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de compras e outros serviços em geral é cabível para valores iguais ou inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

32. O Tribunal Regional do Trabalho pretende realizar licitações para atender a três demandas distintas: a aquisição de computadores de mesa padronizados no mercado, a escolha de um projeto arquitetônico para a construção de sua nova sede, e a alienação de veículos oficiais antigos que se tornaram inservíveis para a administração. Considerando as modalidades licitatórias e os critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A modalidade pregão pode ser utilizada para a realização de obras de engenharia, adotando-se obrigatoriamente o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

b) O diálogo competitivo é a modalidade indicada para a alienação de bens móveis inservíveis, devendo ser julgado pelo critério de maior lance.

c) O leilão é a modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo o critério de julgamento de maior lance exclusivo desta modalidade.

d) A concorrência é cabível para a contratação de bens e serviços especiais e de obras, admitindo todos os critérios de julgamento previstos na legislação, inclusive o de maior lance.

e) O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo o julgamento realizado obrigatoriamente pelo critério de técnica e preço.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fabiano Pereira

33. Lucas, Prefeito do Município Beta, inaugurou uma nova unidade municipal de atendimento à população, construída integralmente com recursos públicos. Para divulgar a realização, determinou a instalação de placas em diversos pontos da cidade contendo sua fotografia, seu nome em destaque, o mesmo slogan utilizado durante sua campanha eleitoral e a afirmação de que a obra havia sido entregue "graças ao esforço pessoal do Prefeito Lucas".

No mesmo período, orientou servidores responsáveis por processos administrativos a analisar prioritariamente os requerimentos formulados por dois empresários que mantinham antiga relação de amizade com ele, embora existissem outros interessados em situação jurídica idêntica aguardando apreciação anterior de seus pedidos. O Prefeito justificou ambas as decisões afirmando que possuía legitimidade eleitoral e liberdade para organizar as prioridades administrativas de sua gestão.

A respeito do princípio da impessoalidade e das diferentes consequências que dele decorrem para a atuação administrativa, assinale a alternativa **correta**.

a) Apenas a prioridade concedida aos empresários viola a impessoalidade, pois a utilização do nome, da fotografia e do slogan pessoal do Prefeito na divulgação de obra pública é permitida quando a obra tiver sido efetivamente concluída durante sua gestão.

b) As duas condutas afrontam a impessoalidade, pois a Administração deve tratar de maneira isonômica os administrados que se encontrem em situação jurídica equivalente e não pode utilizar a publicidade de atos, programas, obras ou serviços públicos como instrumento de promoção pessoal da autoridade responsável pela gestão.

c) Somente a publicidade institucional apresenta irregularidade, pois o tratamento diferenciado entre administrados constitui matéria de conveniência administrativa e pode ser determinado livremente pela autoridade sempre que não existir proibição legal expressa.

d) A impessoalidade restringe-se à exigência de concurso público e de licitação, não alcançando a ordem de análise dos processos administrativos nem a forma pela qual a Administração divulga as obras e os serviços realizados durante determinada gestão.

e) A divulgação será válida se as placas também apresentarem informações sobre o valor gasto, a finalidade da obra e os serviços disponíveis à população, pois o conteúdo informativo afasta automaticamente qualquer eventual promoção pessoal da autoridade

34. Marta, autoridade competente de determinado órgão federal, recebeu comunicação formal de que João, servidor efetivo lotado em sua unidade, teria praticado grave infração funcional no exercício de suas atribuições. No mesmo período, recebeu notícia de que a concessionária Transporte Seguro S.A., vinculada contratualmente ao Poder Público, teria descumprido obrigação administrativa prevista no instrumento de concessão e sujeita à aplicação de penalidade.

Por fim, tomou conhecimento de que Pedro, comerciante sem qualquer vínculo contratual ou funcional com a Administração, havia descumprido norma sanitária de caráter geral aplicável a todos os estabelecimentos. Um assessor afirmou que qualquer sanção eventualmente imposta aos três envolvidos decorreria necessariamente do poder disciplinar, pois todo poder punitivo exercido administrativamente teria a mesma natureza.

No que se refere ao poder disciplinar da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

a) O poder disciplinar alcança indistintamente servidores públicos, concessionários, permissionários e todos os demais particulares, ainda que não exista qualquer vínculo jurídico específico entre o destinatário da sanção e a Administração.

b) A eventual penalidade aplicada a João decorre diretamente do poder hierárquico, pois o poder disciplinar somente permite punir particulares que mantenham contrato administrativo com o Poder Público.

c) O poder disciplinar permite apurar e punir infrações administrativas praticadas por servidores e também por particulares submetidos a vínculo jurídico específico com a Administração, enquanto sanções impostas a particulares sem esse vínculo podem encontrar fundamento no poder de polícia.

d) Marta poderá decidir livremente, segundo critérios de conveniência e oportunidade, se pretende ou não apurar a suposta infração funcional atribuída a João, pois a instauração da apuração disciplinar constitui faculdade da autoridade administrativa.

e) O poder disciplinar constitui modalidade do poder punitivo penal do Estado, destinando-se à repressão de crimes e contravenções praticados tanto por servidores quanto por particulares submetidos à Administração

35. O Governador do Estado Gama pretende criar uma entidade especializada em fiscalização e proteção ambiental, atividade considerada típica do Poder Público. O projeto institucional prevê que a nova entidade terá personalidade jurídica própria de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, capacidade de autoadministração e competência para praticar atos em nome próprio.

Durante reunião com sua assessoria, foram apresentadas propostas diferentes para sua criação. Um grupo defendeu que bastaria decreto do Governador seguido de registro na Junta Comercial. Outro sustentou que seria necessária lei específica, sendo desnecessário qualquer registro constitutivo para o início da personalidade jurídica. Também houve discussão sobre eventual subordinação hierárquica da nova entidade à Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Considerando a natureza, a criação e a posição administrativa das autarquias, assinale a alternativa **correta**.

a) A autarquia poderá ser criada diretamente por decreto do Chefe do Executivo, adquirindo personalidade jurídica somente após o registro de seus atos constitutivos perante a Junta Comercial ou o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

b) A entidade descrita deverá possuir personalidade jurídica de Direito Privado, pois todas as pessoas integrantes da Administração Indireta estão submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

c) A exigência de criação por lei específica aplica-se apenas às autarquias federais, pois Estados, Distrito Federal e Municípios podem criá-las diretamente por decreto, desde que a matéria esteja inserida em sua competência administrativa.

d) Depois de criada, a autarquia ficará hierarquicamente subordinada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que poderá substituir livremente suas decisões administrativas sempre que entender mais conveniente outra solução.

e) A autarquia deve ser criada por lei específica, possui personalidade jurídica de Direito Público e capacidade de autoadministração, passando a existir juridicamente com a vigência da lei que a instituiu, independentemente de registro de atos constitutivos

36. Gustavo é proprietário de um restaurante submetido à fiscalização sanitária do Município Beta. Após vistoria, a autoridade competente constatou irregularidades no acondicionamento de alimentos e, com fundamento em autorização legal, determinou que o estabelecimento adotasse determinadas providências corretivas dentro de prazo específico, além de aplicar a penalidade administrativa cabível.

Gustavo recusou-se a cumprir a determinação, alegando que a Administração não poderia impor obrigações sem que ele previamente manifestasse concordância. Acrescentou que, se a imperatividade realmente fosse um atributo dos atos administrativos, ela deveria necessariamente estar presente em todas as manifestações administrativas, inclusive em certidões expedidas a pedido dos particulares e em atos pelos quais a Administração apenas concede direitos solicitados pelos próprios interessados.

A respeito da imperatividade como atributo dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

a) Havendo autorização legal, a imperatividade permite que determinados atos administrativos sejam impostos a terceiros independentemente de sua concordância ou aquiescência, constituindo manifestação do poder extroverso do Estado; esse atributo, contudo, não está presente em todos os atos administrativos.

b) A imperatividade acompanha necessariamente todos os atos administrativos, porque decorre da própria condição de superioridade da Administração Pública, razão pela qual também está presente nos atos meramente enunciativos e naqueles que apenas concedem direitos solicitados pelo administrado.

c) Gustavo tem razão ao afirmar que a imposição de obrigações administrativas depende de manifestação prévia de concordância do destinatário, pois a unilateralidade do ato administrativo não permite que a Administração constitua obrigações sem a participação do particular afetado.

d) A imperatividade não depende de autorização legal, porque decorre automaticamente da presunção de legitimidade, de modo que qualquer ato editado pela Administração pode criar obrigações aos administrados, independentemente de sua espécie ou conteúdo.

e) A imperatividade somente se caracteriza quando a Administração utiliza força direta e material para garantir o cumprimento da decisão, razão pela qual esse atributo se confunde integralmente com a autoexecutoriedade

37. No que se refere à classificação do controle da Administração Pública quanto à extensão, especialmente à distinção entre controle interno e controle externo, assinale a alternativa **correta**.

a) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Executivo, uma vez que os Poderes Legislativo e Judiciário, mesmo quando praticam atos de natureza administrativa, somente podem ter sua atuação fiscalizada por órgãos pertencentes a Poder distinto.

b) O controle exercido por autoridade administrativa sobre atos praticados pelos agentes que lhe são hierarquicamente subordinados constitui modalidade de controle externo, pois o superior e o subordinado ocupam posições distintas dentro da estrutura administrativa.

c) O controle realizado pelos Tribunais de Contas sobre atos administrativos dos Poderes Executivo e Judiciário caracteriza controle interno, uma vez que essas Cortes exercem atividade fiscalizatória integrante da própria estrutura estatal e não desempenham função jurisdicional.

d) O controle interno ocorre quando cada Poder fiscaliza e revisa os seus próprios atos administrativos, ao passo que o controle externo se verifica quando a fiscalização é exercida por Poder diferente daquele responsável pela edição do ato, como ocorre quando o Poder Judiciário anula ato administrativo ilegal praticado pelo Poder Executivo.

e) O controle exercido pela Corregedoria de Justiça sobre atos praticados por servidores do Poder Judiciário possui natureza externa, pois a atividade

correcional é funcionalmente independente dos órgãos cujos atos são submetidos à fiscalização

38. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, no que se refere às modalidades de licitação, assinale a alternativa **correta**.

a) O pregão é a modalidade aplicável às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que seus padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital.

b) Optando a Administração pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, deverá selecioná-lo mediante licitação na modalidade concorrência, adotando o critério de julgamento de menor preço para as comissões a serem cobradas.

c) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará suas necessidades e as exigências já definidas por ocasião da divulgação do edital, estabelecendo prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos para manifestação de interesse na participação da licitação.

d) O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

e) Embora seja vedada a criação de outras modalidades de licitação além das previstas em lei, admite-se a combinação entre as modalidades existentes, desde que justificada pela autoridade competente

ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

Acerca do assunto Princípios orçamentários, julgue o item que se segue.

39. A proposta de lei orçamentária anual de determinado ente federativo, encaminhada ao Poder Legislativo, continha as seguintes disposições:

I. autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e para contratação de operações de crédito por antecipação de receita;

II. dispositivo que alterava a legislação tributária do ente, majorando a alíquota de um imposto;

III. previsão da receita de taxas com dedução dos custos de arrecadação, de modo que constasse do orçamento apenas o valor líquido;

IV. vinculação do produto da arrecadação de determinado imposto ao financiamento de fundo de investimentos, sem previsão constitucional que a autorize.

À luz dos princípios orçamentários, as disposições II, III e IV violam, respectivamente, os princípios da:

a) exclusividade, do orçamento bruto e da não afetação das receitas.

b) universalidade, da unidade e da especificação.

c) exclusividade, da universalidade e da anualidade.

d) legalidade, do orçamento bruto e da programação.

e) unidade, da exclusividade e da não afetação das receitas.

Acerca do assunto Processo legislativo orçamentário: emendas, julgue o item que se segue.

40. Durante a apreciação do projeto de lei orçamentária anual da União, foram apresentadas as seguintes emendas:

I. emenda que acresce dotação para a construção de obra, indicando como fonte de recursos a anulação de dotações destinadas ao serviço da dívida;

II. emenda que acresce dotação de programa de governo, indicando como fonte a anulação de despesas de custeio de determinado órgão, compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

III. emenda ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias que contraria disposição do plano plurianual;

IV. emenda destinada a corrigir erro de redação do texto do projeto de lei orçamentária, compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, sem indicação de fonte de recursos por não envolver acréscimo de despesa.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal, podem ser aprovadas APENAS as emendas:

a) I e II.

b) II e IV.

c) I e III.

d) III e IV.

e) II, III e IV.

Acerca do assunto Créditos adicionais: vigência, julgue o item que se segue.

41. Em determinado exercício financeiro, ocorreram as seguintes situações envolvendo créditos adicionais da União:

– o crédito especial A foi autorizado por lei promulgada em 20 de agosto, e parte de seu saldo não foi utilizada até 31 de dezembro;

– o crédito especial B foi autorizado por lei promulgada em 10 de outubro, e parte de seu saldo não foi utilizada até 31 de dezembro;

– o crédito suplementar C foi aberto em 15 de outubro, e parte de seu saldo não foi utilizada até 31 de dezembro.

Quanto à vigência desses créditos no exercício financeiro seguinte, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

a) Todos os créditos adicionais têm vigência de dois exercícios, o de abertura e o seguinte, independentemente da data do ato de autorização.

b) Os créditos A e B são reabertos nos limites de seus saldos, pois todos os créditos especiais autorizados no exercício têm vigência estendida ao exercício seguinte.

c) O crédito A perde a vigência em 31 de dezembro; o crédito B é reaberto nos limites de seu saldo e incorporado ao orçamento do exercício seguinte; o crédito C também perde a vigência em 31 de dezembro, pois a reabertura não alcança os créditos suplementares.

d) O crédito B perde a vigência em 31 de dezembro, pois os créditos especiais têm vigência adstrita ao exercício em que foram autorizados, sem exceção.

e) Os créditos B e C são reabertos nos limites de seus saldos, pois os créditos suplementares seguem a mesma regra dos especiais quando abertos nos últimos quatro meses.

Acerca do assunto Despesa com pessoal no Poder Judiciário da União (LRF), julgue o item que se segue.

42. No âmbito do Poder Judiciário da União, a despesa total com pessoal de determinado tribunal, apurada ao final de um quadrimestre, atingiu 96% do limite estabelecido para o Poder. A Administração do tribunal discute as consequências dessa situação.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

a) Como o percentual de 96% ainda não ultrapassa o limite máximo, nenhuma vedação incide, e o Tribunal de Contas só alertará o Poder quando a despesa atingir 100% do limite.

b) O limite aplicável ao Poder Judiciário da União é de 50% da receita corrente líquida, igual ao limite global estabelecido para a União.

c) Superado o limite máximo, o percentual excedente deve ser eliminado nos quatro quadrimestres seguintes, sem necessidade de adoção das providências previstas no art. 169, §§3º e 4º, da Constituição Federal.

d) Foi ultrapassado o limite prudencial (95% do limite), o que veda ao Poder ou órgão, entre outras medidas, a criação de cargo, emprego ou função e a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, ressalvados os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual e a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

e) As vedações decorrentes do excesso de despesa com pessoal aplicam-se apenas ao Poder Executivo da União, responsável pela consolidação do orçamento.

Acerca do assunto Evolução do orçamento público e técnicas orçamentárias, julgue o item que se segue.

43. Ao longo da evolução do orçamento público, diferentes técnicas orçamentárias foram adotadas. Acerca dessas técnicas, foram feitas as seguintes afirmações:

I. No orçamento tradicional, a ênfase recai sobre os objetos de gasto (insumos), sem vinculação direta com o planejamento e sem evidenciar os objetivos a serem alcançados com a despesa.

II. No orçamento de desempenho, a preocupação central é com o que o governo realiza, e não apenas com o que adquire, com ênfase na medição de resultados e na eficiência, sem integrar necessariamente o orçamento ao planejamento de médio e longo prazos.

III. O orçamento-programa, que o ordenamento brasileiro adotou a partir da Lei nº 4.320/1964, integra planejamento e orçamento, estruturando as despesas em programas, com objetivos e metas definidos.

IV. No orçamento base zero, as despesas do exercício anterior são tomadas como base e submetidas apenas a ajustes incrementais, dispensando-se a reavaliação das ações já existentes.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

Acerca do assunto Classificação da receita orçamentária por categoria econômica, julgue o item que se segue.

44. Ao classificar, por categoria econômica, as receitas arrecadadas por determinado ente federativo, a Secretaria de Orçamento considerou os seguintes ingressos:

I. receita de taxa pelo exercício do poder de polícia;

II. produto da alienação de imóvel de propriedade do ente;

III. juros recebidos de aplicações financeiras das disponibilidades de caixa;

IV. produto de operação de crédito contratada pelo ente;

V. transferência recebida de outro ente, por convênio, destinada a custear a manutenção de serviço público;

VI. recebimento de parcelas do principal de empréstimo concedido pelo ente a terceiros.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são classificadas como receitas de capital APENAS as indicadas em:

a) I, II e IV.

b) II, IV e VI.

c) II, III e V.

d) I, III e V.

e) II, IV, V e VI.

GESTÃO DE PESSOAS

Stefan Fantini

45. O fragmento a seguir foi extraído do site do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP).

"Ser reconhecida como instituição que valoriza e desenvolve as pessoas na busca pela efetividade da prestação jurisdicional."

Esse fragmento representa:

a) a visão do TRT-8.

b) a missão do TRT-8.

c) as forças do TRT-8.

d) os objetivos do TRT-8.

e) os valores do TRT-8.

46. A empresa João das Neves Company, ao realizar uma análise de seu ambiente organizacional, constatou que seus funcionários apresentam deficiências de qualificação profissional e que os equipamentos utilizados em suas atividades estão tecnologicamente defasados. Além disso, verificou que uma de suas principais concorrentes encerrou definitivamente suas atividades em razão de dificuldades financeiras.

Considerando a análise SWOT, os aspectos identificados pela empresa representam, respectivamente,

a) ameaças ao alcance dos objetivos e oportunidades a serem aproveitadas pela empresa João das Neves Company.

b) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa João das Neves Company e forças no ambiente externo.

c) fraquezas que colocam a empresa João das Neves Company em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.

d) forças de outras organizações perante a empresa João das Neves Company e oportunidades ambientais.

e) fraquezas que colocam a empresa pela empresa João das Neves Company em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

47. Uma organização designou um novo gestor para liderar determinada equipe. Entretanto, os integrantes do grupo demonstraram resistência à sua nomeação, não reconhecendo sua capacidade para ocupar o cargo. Além disso, as atividades desenvolvidas pela equipe apresentam baixo grau de estruturação, sem procedimentos e objetivos claramente definidos. O novo gestor também possui pouca autoridade formal, não podendo conceder recompensas ou promover a substituição de funcionários.

Considerando a Teoria da Liderança Contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais adequado à situação descrita é o

a) orientado para o relacionamento;

b) persuasivo;

c) orientado para a tarefa.

d) transformacional;

e) diretivo;

48. A Teoria dos Dois Fatores, desenvolvida por Frederick Herzberg, distingue dois fatores que explicam o comportamento das pessoas. Nesse contexto, a remuneração recebida pelo trabalhador é classificada como um fator

a) fator de estima

b) fator motivacional

c) fator de segurança

d) fator higiênico

e) fator social

49. Durante a avaliação de desempenho de um funcionário, o gestor João das Neves atribuiu pontuações elevadas a todos os critérios avaliados, influenciado pela excelente produtividade apresentada pelo funcionário. Dessa forma, a percepção positiva relacionada à produtividade acabou influenciando a avaliação dos demais aspectos, sem que cada um deles fosse analisado individualmente.

Na situação descrita, o gestor João das Neves cometeu um erro de avaliação conhecido como

a) tendência central

b) fadiga

c) leniência

d) recenticidade

e) efeito halo

50. No âmbito da gestão de conflitos organizacionais, a abordagem interacionista apresenta uma perspectiva específica acerca dos efeitos dos conflitos sobre o comportamento e o desempenho dos grupos. Segundo essa abordagem, é correto afirmar que

a) os conflitos representam situações prejudiciais à organização e, por isso, devem ser combatidos pelos gestores, a fim de preservar a harmonia e a cooperação entre os trabalhadores.

b) a manutenção de um ambiente organizacional livre de conflitos favorece a criatividade e a inovação, uma vez que evita divergências entre os integrantes do grupo.

c) os conflitos são sempre benéficos para as organizações, independentemente de sua natureza ou das consequências que provocam sobre o desempenho das equipes.

d) a ocorrência de conflitos dificulta a adaptação dos grupos às mudanças organizacionais, razão pela qual os gestores devem impedir seu surgimento.

e) a manutenção de um nível mínimo de conflito deve ser encorajada, na medida em que estimula a criatividade, a inovação e a melhoria do desempenho do grupo.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Rodrigo Rennó

51. As teorias da administração desenvolveram-se ao longo do tempo, cada uma enfatizando aspectos distintos das organizações e do trabalho.

Sobre as teorias da administração, assinale a alternativa correta.

a) A Administração Científica, de Taylor, tem como foco principal a estrutura organizacional e a definição de autoridade e hierarquia.

b) A Teoria das Relações Humanas deslocou o foco da tarefa e da estrutura para as pessoas e os grupos sociais no ambiente de trabalho.

c) A Teoria Burocrática, de Weber, fundamenta-se na informalidade e na flexibilidade das relações de trabalho.

d) A Teoria da Contingência sustenta que há uma única maneira de administrar, válida independentemente do contexto.

e) A Abordagem Sistêmica considera a organização um sistema fechado, sem interação com o ambiente externo.

52. O processo administrativo é composto por funções que, de forma integrada e cíclica, orientam a atuação dos gestores nas organizações.

A respeito das funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle), assinale a alternativa correta.

a) O planejamento é a função responsável por distribuir as tarefas e alocar os recursos segundo a estrutura definida.

b) A organização consiste em conduzir e influenciar as pessoas para o alcance dos objetivos.

c) A direção é a função que estabelece previamente os objetivos e os meios para alcançá-los.

d) O controle compara o desempenho realizado com os padrões estabelecidos, possibilitando a adoção de medidas corretivas.

e) O controle é a primeira função do processo administrativo, antecedendo o planejamento.

53. A função de organização define como as atividades serão agrupadas e como se darão as relações de autoridade na estrutura da organização.

Sobre estrutura organizacional, departamentalização e cultura organizacional, assinale a alternativa correta.

a) A departamentalização funcional agrupa as atividades conforme as funções especializadas da organização, como finanças e recursos humanos.

b) A organização informal é aquela definida pelo organograma e pelas normas internas da instituição.

c) A amplitude de controle corresponde ao número de níveis hierárquicos existentes na organização.

d) A cultura organizacional restringe-se aos elementos visíveis, como o espaço físico e os uniformes.

e) A departamentalização por clientes agrupa as atividades segundo as regiões geográficas atendidas.

54. A gestão da qualidade e a gestão de processos reúnem conceitos e ferramentas voltados à melhoria contínua do desempenho organizacional.

Sobre gestão da qualidade e gestão de processos, assinale a alternativa correta.

a) O ciclo PDCA destina-se ao controle de natureza financeira das organizações.

b) A gestão de processos tem como foco a estrutura hierárquica, em substituição à visão de fluxo de trabalho.

c) O mapeamento de processos consiste em representar as atividades e o fluxo de trabalho, servindo de base para sua análise e melhoria.

d) A melhoria contínua pressupõe mudanças radicais e pontuais, sem acompanhamento posterior dos resultados.

e) As ferramentas da qualidade, como o diagrama de Ishikawa, destinam-se a elaborar o planejamento estratégico de longo prazo.

55. O planejamento estratégico orienta a organização no longo prazo, apoiando-se em ferramentas de diagnóstico e na definição de seu direcionamento.

Sobre planejamento estratégico, assinale a alternativa correta.

a) O planejamento operacional abrange a organização como um todo e possui horizonte de longo prazo.

b) A missão organizacional descreve a situação futura desejada que a organização pretende alcançar.

c) Na análise SWOT, as forças e as fraquezas referem-se a fatores do ambiente externo à organização.

d) O Balanced Scorecard limita-se à perspectiva financeira na avaliação do desempenho organizacional.

e) A visão estabelece o estado futuro desejado, funcionando como referência para os objetivos de longo prazo.

RECURSOS MATERIAIS

Ricardo Campanário

56. Uma organização pública busca aprimorar o controle de seu almoxarifado por meio de metodologias consagradas de gestão de materiais. Para isso, analisa os atributos da classificação e a metodologia de cálculo da Curva ABC. Considerando a doutrina de Gestão de Materiais, assinale a alternativa CORRETA.

a) A classificação de materiais pelo método da Curva ABC baseia-se no Teorema de Pareto, em que os itens da Classe A representam o menor número de itens em estoque, porém concentram o maior valor financeiro acumulado.

b) O atributo da flexibilidade na classificação de materiais refere-se à propriedade de um material poder ser classificado simultaneamente em duas categorias mutuamente exclusivas dentro do mesmo sistema.

c) Os itens classificados na Classe C da Curva ABC demandam controle rigoroso e constante, devido ao seu elevado valor financeiro unitário e impacto orçamentário.

d) A classificação quanto à criticidade (Curva XYZ) considera o valor financeiro do item em estoque, atribuindo aos itens do grupo Z a maior representatividade orçamentária.

e) A metodologia de cálculo da Curva ABC exige que a ordenação dos itens seja feita a partir do maior volume físico em estoque (quantidade de peças) para o menor.

57. Na gestão estratégica de estoques, o acompanhamento do fluxo de materiais é indispensável para evitar o desabastecimento ou a imobilização desnecessária de capital. A respeito dos conceitos de gestão de estoques, assinale a alternativa CORRETA.

a) O estoque de segurança é dimensionado para cobrir eventuais atrasos no fornecimento ou oscilações para baixo na demanda prevista.

b) O giro de estoque (ou rotatividade) indica quantas vezes o estoque se renovou em um determinado período, sendo calculado pela divisão entre o consumo no período e o estoque médio.

c) O ponto de pedido é o nível de estoque em que deve ser efetuada a entrega física do lote de compra pelo fornecedor.

d) O tempo de ressuprimento (lead time) corresponde exclusivamente ao tempo gasto pelo fornecedor para transportar a mercadoria até o almoxarifado.

e) Quanto maior for a antigiro (ou cobertura de estoque), maior será a eficiência na utilização dos recursos financeiros aplicados em material.

58. A organização do setor de compras envolve decisões sobre centralização ou descentralização das atividades, além da definição de perfil profissional adequado. Sobre o processo de compras nas organizações, assinale a alternativa CORRETA.

a) A estrutura descentralizada de compras garante maior poder de barganha com fornecedores devido ao ganho em escala nas negociações.
b) O perfil moderno do comprador exige atuação estritamente operacional e focada apenas no menor preço imediato da cotação.
c) A centralização das compras proporciona padronização de especificações, melhor controle do processo e redução do custo unitário dos materiais.
d) O cadastro de fornecedores é uma ferramenta dispensável na administração pública, devendo a qualificação ser exigida apenas após a assinatura do contrato.
e) A primeira etapa do processo de compras consiste no envio da ordem de fornecimento ao fornecedor escolhido.

59. A etapa de recebimento e armazenagem assegura que os materiais entregues estejam em conformidade com as especificações contratadas antes do armazenamento físico. A respeito das fases de entrada, conferência e objetivos da armazenagem, assinale a alternativa CORRETA.

a) A conferência quantitativa restringe-se à verificação da integridade das embalagens e ao estado de conservação física do material.
b) O recebimento provisório ocorre somente após a completa conferência técnica e testes de qualidade do produto entregue.
c) A armazenagem tem como objetivo principal a manutenção de materiais por tempo indeterminado, visando estocar o máximo de volume possível.
d) A conferência qualitativa realiza a contagem física das unidades entregues, confrontando-as com o documento fiscal.
e) O recebimento provisório é a fase em que o material é entregue no almoxarifado acompanhado da nota fiscal para posterior verificação minuciosa.

60. O arranjo físico (leiaute) de um almoxarifado deve ser planejado para maximizar a utilização do espaço, minimizar a movimentação interna e facilitar o acesso aos materiais. Considerados os critérios e técnicas de armazenagem, assinale a alternativa CORRETA.

a) O método FIFO (First In, First Out ou PEPS) determina que os últimos materiais a darem entrada no estoque devem ser os primeiros a serem retirados.
b) A armazenagem por frequência de giro sugere que os materiais de maior movimentação fiquem localizados próximos às zonas de saída.
c) A técnica LIFO (Last In, First Out ou UEPS) é recomendada para a gestão de produtos com prazo de validade perecível e curto.
d) O arranjo físico por processo no almoxarifado exige que todos os materiais pesados sejam guardados nas prateleiras mais altas do porta-paletes.
e) O aproveitamento da altura do almoxarifado (verticalização) reduz a capacidade útil de estocagem por metro quadrado de área disponível.

REDAÇÃO

Texto I

"Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Texto II

"Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (...) § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena." (Lei nº 13.146/2015)

Texto III

"Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho." (Lei nº 13.146/2015)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: DA GARANTIA LEGAL À SUPERAÇÃO DAS BARREIRAS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0